

Nakano defende a adoção de uma meta para o crescimento

SIMONE CAVALCANTI
SÃO PAULO

Para que a economia brasileira volte a ter crescimento robusto — próximo aos 7% anuais obtidos na década de 70 — e sustentável ao longo dos anos é imprescindível que a atual política macroeconômica seja revista e leve a um ambiente interno propício ao aumento da produtividade. Segundo o diretor do Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Yoshiaki Nakano, é necessário alterar o modelo de ajuste fiscal — que hoje está baseado no aumento de tributos e de gastos correntes — e também a política de câmbio para um sistema administrado.

Nakano, que também é um dos mentores econômicos do candidato à Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, lembra que um estudo feito com 23 economias mostrou que sete foram bem-sucedidas em seus ajustes fiscais porque estes foram precedidos pela apreciação cambial e o corte de despesas simultaneamente.

Quando se faz um ajuste forte pelo lado das despesas, explicou, as expectativas para a dívida pública caem, reduzindo também as de inflação. Isso dá oportunidade para que haja uma política monetária mais expansionista de crédito e, conseqüentemente, mais estímulo aos investimentos e ao crescimento.



Yoshiaki Nakano

“É preciso adotar medidas consistentes para quebrar as convenções que se cristalizaram aqui e que também relance a economia para que esta consiga apoio político”, afirmou.

O economista sugere a adoção pelo governo de um mix de políticas capazes de alcançar os objetivos econômicos definidos, como uma meta clara de crescimento econômico. “Pode ser 5%, 6% ou porque não 7%, que o País já registrou em outras épocas”, disse.

No grupo de instrumentos a serem adotados, Nakano também sugere o alcance do déficit nominal zero em um prazo de três anos. Juntamente com isso, haveria um superávit em conta corrente do governo para aumentar a taxa de investimento público geral em 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Já os investimentos em infra-estrutura estariam entre 5% e 6%. Deveria haver ainda um plano para a redução da relação entre dívida pública e produto dos atuais 50% para 30% e da carga tributária para entre 25% e 30% do PIB — ambos em um prazo de dez anos.

Assim, disse, estaríamos deixando para trás a política atual baseada apenas em três pilares (superávit primário, taxa de câmbio flutuante e política de meta de inflação). Este conjunto que está sendo seguido, diz, tem objetivo limitado e causa problemas como o não alcance de equilíbrios macroeconômicos mais abrangentes, instabilidades, ciclos de contração e expansão com a semi-estagnação econômica.

Neste novo desenho não haveria espaço para que Antônio Delfim Netto, deputado federal e ex-ministro da Fazenda, chamasse de uma estratégia do Banco Central que embute uma falácia de que é preciso limitar o crescimento para que a inflação não volte. “Não há razão para pensar que o maior crescimento econômico leve à aceleração da inflação”, afirmou, ressaltando que é cada vez mais claro que a economia brasileira pode crescer mais mantendo o mesmo nível inflacionário visto hoje.

Nakano complementa e diz acreditar que com o uso de uma nova versão de política fiscal será possível controlar as expectativas de inflação de médio e longo prazos com elevação do crescimento e geração de empregos. Já a adoção de um sistema de câmbio administrado no qual o Banco Central fosse capaz de conciliar o equilíbrio de transações correntes, absorver choques na conta de capitais e auxiliar a meta de inflação geraria uma meta de taxa real de câmbio competitiva que também contribuiria para o aumento do PIB nacional.

01 ABR 2006

GAZETA MERCANTIL